

FERNAND DELIGNY E A ÉTICA DOS DESVIOS

Carlos Henrique Machado¹

Resumo: Partindo do pensamento e das práticas de Fernand Deligny queremos chegar a uma atitude ética que privilegie o desvio referente aos modos majoritários de existir, viabilizando formas de vida que não se submetam aos padrões que foram forjados a partir da estruturação de toda uma espécie, em torno do modelo do *homem-que-nós-somos*. A partir da reivindicação de um humano que não se confunde como a imagem que se formou depois de milênios de domesticação simbólica, as experiências de Deligny vem nos dar pistas a partir das quais podemos pensar um reposicionamento da espécie em um mundo em que seja possível a convivência comum de indivíduos para além de um modelo hegemônico e suas formas determinadas. Sua proposta implica uma ética, ao mesmo tempo, do distanciamento e da delicadeza, capaz de instaurar modos de existência que resistem à captura pela linguagem, abrindo espaço para formas de vida não submetidas aos modos hegemônicos de existência. Veremos como, ao afirmar uma atitude desviante, Deligny chega ao humano como condição de espécie, ou aquilo que precede e excede o sujeito da civilização e da cultura.

Palavras-chave: Deligny; autismo; ética; sujeito; humano.

FERNAND DELIGNY AND THE ETHICS OF DEVIATIONS

Abstract: Based on the thinking and practices of Fernand Deligny, we want to arrive at an ethical attitude that favors deviation from the majority ways of existing, enabling forms of life that do not submit to the standards that were forged from the structuring of an entire species around the model of the man-that-we-are. Based on the demand for a human who is not confused with the image that was formed after millennia of symbolic domestication, Deligny's experiences provide us with clues from which we can think about a repositioning of the species in a world in which individuals can coexist in common, beyond a hegemonic model and its determined forms. His proposal implies an ethics of detachment and delicacy, capable of establishing modes of existence that resist capture by language, opening space for forms of life not subject to hegemonic modes of existence. We will see how, by affirming a deviant attitude, Deligny arrives at the human as a condition of the species, or that which precedes and exceeds the subject of civilization and culture.

Keywords: Deligny; autism; ethics; subject; human.

1 Doutor em Filosofia pela FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador no Aesthetics, Politics and Knowledge Group, do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto.

1 INTRODUÇÃO

A principal questão ética posta por Fernand Deligny não passa pela indagação de como tratar o humano, mas pela procura do que é propriamente o humano e de quais são os limites da humanidade. Sua preocupação estava centrada na tentativa de buscar uma vida comum com indivíduos que não se adaptavam ao padrão de humanidade forjado pela civilização e pela cultura. Essa convivência trazia à tona a diferença entre o indivíduo humano ligado a espécie e o sujeito humano indexado às formas hegemônicas de existir. Por espécie entenda-se aqui a desenrolar da trama da natureza que trouxe à existência um grupamento de indivíduos que se ligavam entre si por suas características comuns, até que se formou o *homem-que-nós-somos*, que segundo Deligny tratava-se de uma imagem que surgiu depois de milênios de domesticação através da palavra. Essa imagem forjou um modelo que passou a diferenciar das demais espécies os indivíduos que acabaram por constituir as bases da sociedade dos homens que vieram a dizer a si mesmo e o mundo a sua volta.

Se no início de sua trajetória Deligny se colocava ao lado de indivíduos desajustados socialmente, vagabundos, jovens delinquentes, doentes mentais, em suma, aqueles que eram descritos através da ideia de “infância inadaptada” que tinha se estabelecido na França a partir dos primeiros anos da década de 1940, foi em 1967 que ele irá experimentar viver junto a crianças autistas, a maioria delas não verbais. Os laudos dos especialistas da época diziam tratar-se de indivíduos intratáveis e incuráveis, a exemplo do laudo de Janmari, o menino de 12 anos que foi adotado por Deligny e passou a dirigir toda a sua experiência com o autismo, ao ponto de Deligny conferir-lhe o título de *maître à penser*.² Tais indivíduos estavam à margem de toda forma que padronizou o modo de existência considerado normal pelos critérios de eficiência de um modelo ao qual era impossível adaptá-los. A intenção de Deligny não era de tratar aquelas crianças ou de olhá-las a partir de uma concepção patológica, mas de construir um espaço onde elas pudessem experimentar seu modo próprio de existir sem tentar adaptá-las ou normalizá-las.

Foi a partir dessa experiência que ele vem a descrever o modo autista de estar no mundo e passa, então, discorrer acerca das diferenças que caracterizam esse registro perceptivo do mundo em contraste com as formas hegemônicas do homem que fora domesticado a partir das estruturas simbólicas da linguagem. Havia, assim, a necessidade de se chegar a uma nova ideia de humanidade que não se confundisse com o modelo que se afirmou ao longo do tempo em que o sujeito falante se estabeleceu sobre a terra. O principal objetivo de Deligny era viver na presença próxima de crianças autistas – esses seres que parecem não corresponder a nenhum critério de humanidade e que se afastam do modelo padrão, em especial pelo fato de viverem em seu completo silêncio. O modo de Deligny construir uma vida comum com indivíduos autistas estava calcado na prática de permitir que esses indivíduos experimentassem sua singularidade e pudessem exprimir o mundo e as

2 Uma tradução possível para o português é “mentor”.

coisas com as quais entravam em relação fora da estrutura perceptiva hegemônica dos indivíduos da linguagem.

Através de uma renúncia às coordenadas personológicas do sujeito falante, permitia-se lidar com a manifestação das coisas que se afirmavam por si mesmas, sem qualquer mediação subjetiva, a partir de uma fosforescência expressiva que extrapolava os significados usuais a elas atribuídos. Assim era fundamental que aquele lugar fosse um espaço de manifestação das diversas forças que se relacionavam nas formas das coisas que se tinham diante de si, liberando afectos e aumentando a potência dos indivíduos que experimentavam uma vida comum. Para isso, era importante garantir um distanciamento que possibilitasse que cada um pudesse experimentar o mundo a sua volta de uma forma singular sem a interferência da nenhuma intencionalidade ou de qualquer projeto pensado – lugar fora do alcance dos pronomes reflexivos – e da ausência de qualquer pessoa a partir dos quais os verbos pudessem ser conjugados.

Desse modo, Deligny quer chegar ao modo infinitivo daqueles corpos ocuparem o espaço e de conviverem juntos sem a interferência das palavras. Daí a sua profunda crítica da linguagem como aquilo que veio estabelecer os limites entre o humano e o não humano, através de suas categorizações significativas. Assim toda ética que cercava aquelas experiências era construída a partir da possibilidade de se desviar do modelo padrão das existências tidas como normais, escapando, desse modo, das dignidades particulares que o homem atribuiu a si mesmo com suas. Procurava-se desviar, então, das categorias do sujeito e da enunciação, chegando-se a modos próprios de existir que se afirmassem a partir de uma radical diferença. Isso levará Deligny a trabalhar certas oposições que expusessem a diferença entre aqueles indivíduos vacantes da linguagem e os sujeitos linguageiros. Tais oposições surgem do esforço de afirmar a singularidade de vidas que estavam à margem do modelo hegemônico de humanidade, e que por isso se apresentavam como uma humanidade desviante.

2 A LINGUAGEM, O HOMEM E O HUMANO

Se a linguagem é capaz de estabelecer as categorias que irão fundar toda a intencionalidade de um projeto, estabelecendo as razões que dão sentido às coisas feitas por um sujeito individual, sua ausência libera os indivíduos de um *fazer intencional* e viabiliza, de um outro modo, um agir sem um pinga de intenção e sem qualquer projeto. Se o *fazer* se estabelece a partir da intenção que aponta uma direção e um objetivo, como que numa viagem sobre trilhos, diferentemente, o *agir* se afirma como um desvio de qualquer intenção e se assume enquanto um mover de forças difusas que se espalham em diversas direções e que vão criando derivas e errâncias. Tal oposição pertence a distinção posta por Deligny entre a espécie propriamente dita e as formas do homem consciente de si.

Vê-se, assim, que o *fazer* está ligado a consciência e a capacidade do sujeito distinguir um eu pessoal que está separado das demais coisas no mundo e que se estendeu por uma longa história e que permitiu que o sujeito fosse separado, em

uma certa medida, da natureza e da espécie da qual se despojou. Cada etapa do *fazer* é planejada, consciente e possui uma intenção específica, enquanto o *agir* é para nada e envolve gestos que não se dirigem, mas que brotam, se realizam e se desfazem, sem qualquer tipo de deliberação ou qualquer símbolo que o dirija. Em vão é procurar razões para o *agir*, uma vez que dele não se pode extrair nenhum significado, por ser um conjunto de gestos reiterados promovidos por um encontro de corpos no mundo, onde cada vibração irá desencadear uma “iniciativa” correspondente e própria desse encontro. Através dessa “iniciativa” se conectam uma quantidade determinada de sensações como que num sistema que promove sua relação com os gestos que as correspondem.

Tratar aquelas crianças não como sujeitos, mas como indivíduos que nunca serão absorvidos pelas estruturas subjetivas é aceitar que eles permanecem à margem de tudo aquilo que representa a hominização e suas práticas de descrever as sensações por palavras. Devolver o humano às diversas camadas de uma espécie e aos seus instintos mais primários é livrar os indivíduos de todo peso que o simbólico exerceu na formação de um padrão a ser observado e seguido. Retirar do homem de linguagem o privilégio do gênero “homo” é permitir que outros modos singulares de ser humano possam assumir seus traços característicos, fora do longo esforço da civilização e da cultura para arrancar os indivíduos da natureza e atrelá-los ao um sistema de valores que se aproxima de uma imagem imposta por um modelo padrão. Entenda-se natureza, aqui, na forma como Deligny a concebia: “como uma base biológica de toda a existência humana, considerada independentemente dos efeitos que a socialização exerce sobre ela” (Deligny, 2018a, p.132)

O desvio estava presente no silêncio das crianças autistas em sua ausência da linguagem. Desviando-se das palavras elas afirmavam um modo singular de perceber o mundo e de expressá-lo através de suas vidas. Assim, era preciso mais que um desvio da fala, um desvio do mundo estruturado a partir da linguagem. Esse desvio leva a oposições que colocam em lados distintos, os indivíduos de linguagem e os autistas desprovidos dela, sendo que Deligny fez dessas oposições o mote para instaurar uma prática que reivindicava um lugar para que esses indivíduos silenciosos pudessem experimentar novos modos de vida em um mesmo mundo comum. A principal oposição tratou de situar a diferença entre o homem, como essa imagem formada por milênios de domesticação simbólica e o humano, como o traço comum e natural que determina uma espécie. A partir dela Deligny percorreu acerca das demais distinções que fizeram do seu trabalho um esforço de humanização de indivíduos que tinham sido postos à margem do processo de desenvolvimento das habilidades do homem como modelo que se distingue por suas habilidades simbólicas.

A primeira operação dessa busca seria distinguir as principais características que determinam o homem e o humano, efetuando desvios a todo o tempo para se evitar aquilo que já estava cristalizado pelas formas majoritárias do homem-que-nós-somos. Em se tratando de indivíduos fora da linguagem, faltava a consciência que dá razão as coisas e, portanto, não se tinha em perspectiva qualquer fazer intencional do qual se pudesse afirmar a que se propunha ou quais as razões

que o tinha motivado. Contraposto a isso surge um agir no infinitivo, sem um pingo de intenção ou qualquer tipo de razão; agir para nada, próprio de um tipo de humanidade reivindicada para os autistas com os quais Deligny convivia. Os desvios do agir são, portanto, os desvios do humano.

3 CORPOS À DERIVA

Observar as crianças em suas linhas costumeiras, onde imitavam o fazer dos indivíduos linguageiros, era suficiente para perceber que o gesto reiterado não vinha acompanhado de intenções ou de qualquer projeto, mas ele era movido pela atração que cada uma das coisas exercia sobre elas. Mesmo os gestos costumeiros eram acompanhados de um ornado que fazia com que a ação não se guiasse por qualquer projeto, mas que ela estivesse centrada em vários pontos que deixavam a repetição dar livre curso. Os gestos quando não atribuídos a um projeto estavam ligados a uma espécie de eferescência das coisas sempre evocadas pelo agir não intencional que não se dirige a nenhum alvo, mas está sempre impelido pela vibração do real.³

Quer redundasse numa série de estereotípias, ou em movimentos sem finalidades, é certo que o agir era provocado por estímulos que atravessavam aqueles corpos mudos, sem que se desdobrassem em qualquer tipo de informação. Ao invés disso cada corpo era movido por estímulos, a partir de vibrações que os atravessavam e produziam um agir que era o prolongamento dessas vibrações em termos de sinais sensíveis, marcando o mover desses corpos através de rastro inassimiláveis. Corpos movidos pelas vibrações que os atravessavam e neles se prolongavam como sinais numa interface a vibrar em frequências determinadas. Assim se fazia necessário mapear o rastro de cada estímulo para verificar quais estímulos colocavam o corpo em sintonia como o mundo, arranjando o espaço de forma a “permitir” que tais estímulos operassem naqueles indivíduos devires que os conduzissem no mundo, fora de qualquer intenção e a partir de uma “iniciativa” que não obedecia a qualquer razão, mas que tinha nos corpos os seus marcadores.

Falamos, assim, de um agir que não produz a representatividade do sujeito e as indexações operadas pelas estruturas simbólicas. Um agir que não se relaciona a qualquer objeto, mas que é fruto das vibrações do mundo que se abre sobre os indivíduos sem qualquer tipo de mediação. Trata-se de uma relação direta de forças que incidem uma sobre a outra reciprocamente e cujo resultado não depende de qualquer tipo de orientação que não a sua ressonância interna. Não se trata de mapear o universo a partir de uma maneira adquirida pelas formas hegemônicas de existir do homem, suas intenções e suas razões. É por conta disso que é de se

3 Se apropriando da descrição lacaniana do Real e do Simbólico, Deligny coloca as crianças autistas fora do simbólico e totalmente imersas no real. Daí a inacessibilidade de se chegar a esse silêncio que as cerca uma vez ser o Real inacessível. Tal discussão está presente em um texto escrito por ele para um o congresso *La Folie dans la psychanalyse* (A loucura na psicanálise), intitulado *Ce voir et se regarder ou L'éléphant dans le séminaire* (Esse ver e o olhar-se ou o elefante no seminário), publicando em *O aracniano e outros textos*, p. 129-136).

admirar o modo como uma criança autista se move a deriva, atraída por pontos invisíveis no espaço. Em *Les Détours de l'agir ou le Moindre geste* (1979), Deligny narra a experiência de uma criança que era atraída por pontos onde naquele lugar tinham sido feitas fogueiras no último verão. De algum modo, foram deixadas marcas imperceptíveis que a fazia se agachar, sem que ali houvesse qualquer vestígio, mesmo que o lugar estivesse coberto de neve, não tendo nada visível que orientasse aquele agir. De onde viria esse desvio senão de uma memória específica que fazia do desvio um modo de agir. “Então onde está esse traço, se não nessa memória de onde vem o agir, não? Não que o agir goste de fazer desvios. O desvio é uma forma de agir” (Deligny, 2017, p. 1279).

Assim podemos supor que a hominização retira dos indivíduo humanos características e habilidades que eles tinham adquirido biologicamente e os afasta da espécie. Deleuze já tinha dito em *Instintos e instituições* (1955) que: “o homem é um animal em via de se despojar da espécie” (Deleuze, 2006, P. 31). O despojamento da espécie se dá, desse modo, pela estruturação simbólica onde a linguagem desempenha o papel fundamental por formar o homem em suas instituições da cultura e da civilização, desenvolvendo um tipo de cognição específica. Deligny irá dizer que essa cognição está ligada a *memória étnica*, que ele distingue da *memória específica*. Enquanto a primeira é fruto do desenvolvimento do homem e suas formas simbólicas a segunda seria vinculada a espécie e ao humano que ela configura. A primeira depende da linguagem enquanto a segunda se constitui a partir da relação direta com as coisas, o que leva a um diferente registro perceptivo que permite que o mundo seja capturado em nuances que escapam ao homem de linguagem.

Os traços instintivos e inatos da espécie humana são substituídos pelas razões que devem acompanhar todo o *fazer*, das quais o homem não pode fugir, quando então a natureza das coisas é substituída pela natureza histórica do homem e é aí que o indivíduo se torna sujeito. Tornando sujeito o indivíduo se faz homem e vai apagando os vestígios de sua humanidade original, quando a luz da razão cega os olhos carregados de símbolos, dos quais escapa aquilo que lhe era próprio e que era de outra natureza. Sob a ordem do humano estão os instintos. Mas como nos diz Deleuze, “o homem não tem instintos, ele faz instituições” (Deleuze, 2006, p. 31) e através delas vai se diferenciando dos demais indivíduos e das demais coisas do mundo.

Assim, para Deligny, ser humano não é ser homem, mas é apelar a espécie com suas características inatas. A humanidade se apresenta como uma condição da espécie fora da domesticação a que o homem se submeteu e era exatamente tal condição que era buscada ao querer chegar a um tipo de humano que não se confundisse como as formas do sujeito domesticado pela linguagem. Como ele dizia:

Sei muito bem que a busca pela existência desse “humano bruto” corre o risco de não passar de um dreno de humanismos estagnados. Daí o desenvolvimento tenaz de uma prática que inevitavelmente se desvia a todo momento, mas que eu teimo em manter e trabalhar para que ela possa quebrar a sobrecarga

ideológica da menor palavra desta linguagem que nos faz o que somos (Deligny, 2018b, p. 559).

Trabalhar os desvios do agir de indivíduos fora da linguagem, restituindo, desse modo, a humanidade que lhes era negada pelo fato deles não se conformarem ao padrão hegemônico que se tornou modelo da ordem simbólica e da ordem da cultura nas sociedades civilizadas. Trataríamos, assim, de duas ordens: uma que pertence a espécie e outra que é obra do homem autoconsciente. O modelo padrão que se afirmou se funda no sujeito dotado de consciência. Contrastando com esse estado Deligny contrapõe o *humano de natureza* como uma realidade de ordem biológica dos instintos, realidade essa que se procura negar quando se trata de definir a natureza humana, que é a desnaturação histórica desse estado. Estar na ordem do *humano de natureza* devolve a gravidade das coisas que se apresentam à percepção sem que delas se possa retirar qualquer significado, mas apenas o peso de sua presença a alimentar os gestos e atrair corpos que se unem as coisas de uma forma direta, diferentemente das percepções de uma natureza que o homem deu a si mesmo.

4 OS MEIOS E AS INICIATIVAS

Deligny marcava, a todo instante, a diferença entre os indivíduos da espécie e os sujeitos formados pela domesticação simbólica da cultura. Ele pretendia deixar surgir essa dimensão humana que teria sido eclipsada e que ficava evidente a partir da existência dos indivíduos autistas. Para tanto ele apontava a passagem da existência puramente biológica para a existência do homem, fato que produziu a tensão entre a raiz biológica do humano e a ordem do sujeito da cultura. Entre o humano e o homem existiria, assim, um pertencimento que faz que seja difícil distinguir um do outro, assim como é difícil distinguir o inato do adquirido. A questão é fazer emergir o indivíduo humano no domínio do sujeito histórico e criar um lugar para a sua atualização a partir dos modos singulares de se estar no mundo. Isso ganha uma especial relevância a partir da existência dos indivíduos autistas e se torna-se urgente à medida que é necessário reconhecer modos próprios de existir e uma forma de se relacionar com eles sem subjugar-los.

Numa carta a Althusser de setembro de 1976, Deligny questiona a afirmação do filósofo francês de que o indivíduo já é sempre sujeito, uma vez que nasce na estrutura que o recebe a partir de todas as suas tramas, antes mesmo do nascimento. Deligny irá colocar a distinção marxista de indivíduo/sociedade para evocar a oposição entre o indivíduo e o sujeito, afirmando que o indivíduo é a parte que resiste e escapa ao sujeito que está capturado no “coração das relações sociais”. Assim, ele no diz:

O que penso sobre isso é que, assim como a essência do sujeito humano é excêntrica e localizada no próprio coração das relações sociais evoluídas, a essência do indivíduo é diametralmente oposta e igualmente excêntrica, localizada “no próprio coração” do específico, nem mais nem menos imutável do que a ideologia pode ser (Deligny, 2018b, p. 584).

Assim a oposição indivíduos/sociedade estaria relacionada à oposição humano/sujeito, explicando a existência de indivíduos autistas em termos da “resistência obstinada de cada um em ser reabsorvido em um sujeito perfeito, os “desvios “ de cada um em relação à linha ideal – ideologicamente ideal” (Deligny, 2018b, p. 584). Segundo Deligny isso deriva de uma vontade inconsciente e aí ele irá contrapor o inconsciente da psicanálise estruturado como uma linguagem, uma vez que no humano nada fala ou clama por si. O inconsciente presente no humano é um magma de forças cegas que agem através dos indivíduos sem que esteja em jogo aí, qualquer intenção, mas apenas um mover inato e instintivo ou uma *iniciativa*. Essa constatação vem da convivência com os indivíduos autistas vacantes da linguagem, da relação estabelecidas com eles e no esforço de criar um meio favorável para suas existências.

Aqui surge uma palavra que se tornou fundamental para o estabelecimento de uma vida comum com aqueles indivíduos, que era *permettre* (permitir). Não tratava de nenhum tipo de permissão para que algo fosse efetuado, em termos de uma deliberação ou de uma autorização. *Permettre* é criar os meios necessários para que cada indivíduo possa agir no desvio de qualquer intensão, na reiteração de gestos que surgem pelos atravessamentos do mundo. As coisas, dadas na sua gravidade, são percebidas, então, não como objetos de uso, mas como algo que emula os gestos, causando ou permitindo o agir.

Pode parecer estranho – algo bastante comum em uma área de estar – que uma cesta seja percebida como estando colocada na borda do agir. Mas acontece que esta cesta não é percebida como um objeto de uso, mas como uma “coisa” já em todos os gestos tecidos de agir que ela pode causar/permitir (Deligny, 2017, p. 1334).

Dessa forma vão se constituindo os meios que sejam capazes de *permettre* cada *iniciativa* dos indivíduos que viviam foram da perspectiva intencional, da consciência deliberativa e de suas razões. Era necessário, portanto, um distanciamento que fosse capaz de criar um espaço para o agir e seus desvios. Liberar “gestos de errância” que não servem para nada e que levassem o agir através de seu traçado inusitado e fora dos trilhos. Permitir que aquelas crianças existissem era criar um meio para que elas pudessem existir de um modo próprio e singular, sem intervir na tentativa de adequá-las a qualquer propósito ou modelo de comportamento considerado normal e desejado. Liberar gestos de um agir que nada tem a ver com o fazer algo. “Vemos o desvio que foi necessário para permitir que Janmari existisse sem muito desânimo e, portanto, mais próximo da exultação do que da exasperação; nós precisávamos tentar aprender” (Deligny, 2017, P. 1540).

Segundo Deligny, “permitir” é suprimir tudo que é excessivo em termos das determinações de um fazer e de suas razões, “respeitando o para nada das coisas e dos gestos” (Deligny, 2017, p. 855). Gestos e coisas ocupando um lugar, aparentemente, inacessível, já que deles foram retirados os sentidos próprios dados por um simbólico que os organiza em termos da relação entre sujeitos e objetos. Gestos e coisas que vão compondo um comum como uma modalidade de conexão

baseada num inapropriável. Há de se apelar, então, a um distanciamento ao qual se referia Roland Barthes ao se referir a possibilidade de se instaurar uma idiorritmia.

Alcançaríamos, aqui, aquele valor que tento pouco a pouco definir sob o nome de “delicadeza” (palavra um tanto provocadora no mundo atual). Delicadeza seria: distância e cuidado, ausência de peso na relação, e, entretanto, calor intenso dessa relação. O princípio seria: lidar com o outro, os outros, não os manipular, renunciar ativamente às imagens (de uns, de outros), evitar tudo o que pode alimentar o imaginário da relação” (Barthes, 2003, p. 260).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma atitude ética, nesse sentido, forma-se a partir do respeito a modos outros de existir que guardam em seus gestos o desvio das formas hegemônicas de estar no mundo. Ela nasce por intermédio de um “permitir iniciativas” que aumentem a potência de agir de indivíduos que encontram um espaço propício para exercerem sua singularidade, instaurando um lugar comum através de existências que se tocam na delicadeza de seus encontros. Existências que revelam uma natureza ainda não capturada pelas formas subjetivas do homem e que, portanto, dão um novo sentido ao humano que Deligny persegue. Isso contrasta com certas tentativas clínicas que pretendem devolver ao autista o elo simbólico que lhe falta e assim fazê-lo sujeito. O que está em jogo nessa perspectiva ética são os dispositivos de fuga que permitem escapar do modelo que foi afirmado ao longo de milênios da existência dos homens da civilização e da cultura. A existência de indivíduos autistas que escapam desse modelo demonstra que é possível se desviar de estruturas hegemônicas e resgatar aquilo do humano que teria sido eclipsado pelas formas do homem.

O humano aqui é o fora do homem, uma vez que o homem é um produto das estruturas simbólicas que constroem sentido e determinam o modo como os indivíduos se relacionam com o mundo. Essas construções são fruto de um embate civilizacional e embora não sejam atemporais elas reproduzem, em cada época, os significados que servem para determinar o modo de cada uma das sociedades desse que se disse a si mesmo como animal racional e que passou a dar razão ao seu fazer, tanto individualmente quanto coletivamente. Deligny chama atenção para o perigo de considerarmos o produto da hominização como algo natural, o que acaba por inserir na natureza toda a bagagem que foi adquirida no processo desse animal se tornar homem. Há, então, que nos desviarmos da forma-homem e chegamos ao humano que o é por natureza, resgatando os instintos e aquilo de inato que preenche essa humanidade, privilegiando os desvios de um agir que só pode ser medido pela potência gerada em seus atravessamentos com o mundo.

Permitir a desconstrução das formas do sujeito faz da trama social um jogo de forças ainda não relacionadas e permite diferentes configurações a partir da possibilidade de novas combinações, sem que o homem ocupe um papel de destaque na determinação que esse novo fluxo assume no mundo. Se os indivíduos se tornam sujeitos num processo social, a falta da linguagem como aquilo que ordena os relacionamentos entre os homens é a referência para se pensar um mundo

dessubjetivado e voltado para os gestos emulados pelas forças que atravessam os corpos, prolongadas neles como que em interfaces que vibram nas frequências distribuídas aleatoriamente sem que sejam transformadas em informações ou significados. Se os gestos daquelas crianças eram emulados por uma vagueação que os fazia “errar” o alvo de qualquer intenção sobre a qual se podia dar razões claras e distintas, podemos pensar que esse “erro” possa alimentar outros modos de vida que não se conformam ao padrão hegemônico que se afirmou como modelo de toda uma espécie. Mesmo os gestos costumeiros que reiteravam um movimento imitado do fazer de uma atividade cotidiana (fazer pão, lavar louça, varrer o chão, etc.), eram acompanhado de desvios que os cobria de uma total falta de finalidade.

Os desvios do agir nos levam ao cerne de uma humanidade em intensa relação com as forças do mundo em sua actância, não como sujeitos mas como corpos que se relacionam a partir de sua presença e da consistência ontológica que possuem, reunindo em seu devir “animais, vegetais, micro-organismos, partículas loucas, toda uma galáxia” (Deleuze; Guattari, 1997, p. 34). Nesse jogo de forças os encontros não se traduzem a partir de códigos dominantes que formataram o organismo padrão em sua função eficiente e voltada a um trabalho útil. As lacunas criadas pelo desvio desse padrão abrem a possibilidade de que se desenvolvam modos próprios de se estar no mundo.

Caberia, aqui, a renúncia de papéis estabelecidos em cada tipo de sociedade que tem gravados em suas estruturas as normas que definem de que modo eles serão desempenhados e que faz da espécie “homo” uma série de convenções que organizam o fazer dos sujeitos da razão, da linguagem e da consciência. Nietzsche já dizia em *A gaia ciência* (1882) que a consciência surge da necessidade dos sujeitos comunicarem suas urgências. Tais urgências escapam do simples instintos e passam a ser atendidas por uma elaborada rede de instituições programadas para darem conta de satisfazer às reivindicações das tendências naturais. Se formos ao dicionário veremos que as tendências são tidas como “aquilo que leva alguém a seguir um determinado caminho ou a agir de certa forma; predisposição, propensão, ou ainda, disposição natural; inclinação, vocação”. Satisfazer as tendências de forma direta é o papel dos instintos, que levam os corpos a se moverem no sentido de darem conta delas.

No caso da espécie que se destacou das demais pela capacidade de criar instituições que dão conta das tendências de forma oblíqua, adiando ou até mesmo sublimando-as, existe a necessidade de duplicar a realidade, ou de representar a repetição das coisas através de significantes que serão organizados de forma a garantir que cada ação cumpra o seu papel dentro da rede de significações onde ela passou a se orientar. Palavras e coisas, passam a habitar essa rede onde o sujeito se move e estrutura a sua consciência. Quando os estímulos sensíveis atravessam o corpo do sujeito, os sinais dessa passagem se duplicam em informações a partir de um referencial simbólico que transforma os sinais em significantes com os quais serão construídos os significados do seu mundo e através dos quais o sujeito passa a percebê-lo, abstraí-lo e a dizê-lo. O que importava para Deligny era distinguir o lugar do sujeito, do simbólico, da linguagem, do lugar onde se moviam os indivíduos

autistas com os quais convivia, vivendo “a vacância (na vacância) do S⁴, que consiste naquilo por meio de que o que se hominiza se distingue do real” (Deligny, 2018a, p. 133).

Sair do lugar do sujeito é deixar de interpretar o mundo a partir de suas estruturas simbólicas, aproximando-se do real como esse nó de tendências a produzir singularidades ainda não nomeadas, individuando-se com o mundo em seu estado de produção de sempre novas possibilidades de vida. Deixar que as coisas sigam o seu curso natural sem impor ao mundo o modelo antropocêntrico visa a construção de um mundo capaz de dar conta de acolher os indivíduos e suas reivindicações e modos próprios de existir. As reivindicações de Deligny nos colocam diante da necessidade de pensarmos novos modos de habitar o planeta, levando-nos a alterar os gabaritos de humanidade com os quais se acostumou a balizar o realidade ao nosso redor. Precisamos compor um nova rede de relações a partir das mais diversas maneiras existentes e possíveis de se conectar com o mundo e fazer dele um lugar-comum.

A proliferação de mundos possíveis deve se dar, deste modo, através de uma micropolítica como processo de transformação da realidade majoritária. Liberar o devir minoritário de modos impessoais e a-subjetivos abre um espaço para a produção de uma realidade onde o indivíduo possa expressar as marcas singulares de sua existência em suas diferentes maneiras de pensar e viver. O padrão majoritário e seu modelo de comparação, identificação e ordenação deve ser substituído por práticas que transbordem a normalidade, desorientem os modos de existências e os comportamentos instituídos. A ética dos desvios pensada a partir das experiências de Deligny passa pela abertura a um meio onde surjam encontros não determinados. Encontro de corpos, ações, paixões, afetos e expressões mais legítimas desses encontros, liberando a multiplicidade, dos esquemas comparativos a serviço da eficiência de um modelo hegemônico. Tornar o mundo comum para todos passa por libertar os significantes da tirania dos significados totalizantes de um sistema dominante, permitindo iniciativas singulares e carregadas de novas possibilidades.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. **Como viver junto**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta**. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol.4**. São Paulo: Ed. 34, 1997
- DELIGNY, Fernand. **OEuvres**. Paris: L'Arachnéen, 2017.
- DELIGNY, Fernand. **O aracniano**. São Paulo: n-1, 2018a.
- DELIGNY, Fernand. **Correspondance des Cévennes**. Paris L'Arachnéen, 2018b.

4 O que é da ordem do homem está no campo das palavras em S (Sujeito, Simbólico, Signo, Sexualidade). O S é utilizado por Deligny para se referir ao âmbito do sujeito da linguagem.